

APRESENTAÇÃO

SABERES E FAZERES: SOCIABILIDADES, TRABALHO E EDUCAÇÃO DE AFRICANOS E SEUS DESCENDENTES DURANTE A ESCRAVIDÃO E NO PÓS-ABOLIÇÃO NAS AMÉRICAS

*Máisa Faleiros da Cunha*¹

*Jonis Freire*²

Organizadores

O regime escravista estabelecido pelos europeus no Novo Mundo utilizou mão de obra de indígenas e, principalmente, de africanos e seus descendentes. Em sociedades como o Brasil, Estados Unidos e Cuba, a escravidão perdurou até meados da segunda metade do século XIX. Essas sociedades escravistas, bem como os escravos e libertos, configuraram um mosaico de relações, experiências e estratégias – sociais, econômicas, religiosas e de poder – bastante diversas.

O Dossiê aqui apresentado congrega pesquisas, de diferentes perspectivas, que abordam aspectos das relações entre escravos e libertos, e destes com os demais estratos das sociedades na escravidão e no pós-abolição. Sociabilidades, trabalho, família, demografia, liberdade, economia, religião, letramento, educação, tradições culturais foram aspectos importantes do cotidiano daquelas mulheres e homens que, por meio de estratégias e experiências distintas,

1 Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (Nepo/Unicamp). Doutora em Demografia. E-mail: maisa13@unicamp.br

2 Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em História. E-mail: jonisfreire@yahoo.com.br

conseguiram sobreviver e enfrentar a escravidão. As histórias desses homens e mulheres escravizados e libertos, entendidos como agentes históricos, permitem ampliar os debates sobre escravidão e liberdade nas sociedades escravistas americanas.

Não se trata de apresentar uma escravidão branda, ao contrário, o que se pretende, por meio de uma outra perspectiva historiográfica, é demonstrar que esses sujeitos tiveram atuação importante no processo histórico em que estavam inseridos. Se não eram a parte mais “poderosa” nas relações sociais estabelecidas e nos contextos em que se encontravam, isso, sem dúvida, não impossibilitou a atuação e a negociação cotidianas.

Os artigos deste Dossiê, ao iluminarem as sociabilidades, solidariedades, conflitos, estratégias e experiências desses indivíduos na escravidão e no pós-abolição, refletem questões importantes em diversos recortes geográficos e cronológicos, utilizando-se de fontes, teorias e metodologias diversas. Os personagens que aparecem nos textos aqui apresentados foram protagonistas de suas histórias. O Dossiê apresenta uma diversidade de contextos, trajetórias e atuações dos sujeitos escravizados e emancipados, que permitem estabelecer um diálogo importante com a historiografia recente sobre a escravidão e o pós-abolição.

O resgate das histórias e experiências vem permitindo um conhecimento mais aprofundado de dimensões ainda pouco exploradas vivenciadas por africanos e afrodescendentes. *La legislación canónica esclavista americana en Lima y México colonial, siglos XVI y XVII* demonstra que instituições como a Igreja Católica foram espaços importantes de construção de redes de sociabilidades e solidariedades. Desde os séculos XVI e XVII, nos ambientes escravistas americanos, como em Lima e no México colonial, conformaram-se “direitos espirituais” para as populações escravizadas, bem como “deveres” para os que colocassem óbices a eles. Neste sentido, a legislação canônica e os sacramentos católicos, em especial o batismo e o casamento, foram importantes

para regulamentarem práticas e “direitos” de africanos e afrodescendentes. Outrossim, esses “direitos” eram do conhecimento de homens e mulheres cativos que não se furtaram a utilizá-los na resolução de problemas. Buscava-se, ao mesmo tempo, estabelecer uma sociedade escravista e católica. Nesse sentido, o direito canônico e a justiça eclesiástica tiveram papel fundamental nas sociedades ibero-americanas.

População e família escrava em Sergipe, primeira metade do século XIX demonstra que, apesar da crueldade da escravidão, isso não impediu a formação de relações familiares e a reprodução interna. Foi possível estabelecer relações familiares estáveis, duradouras e ancoradas no tempo. Isso não foi pouca coisa, visto que a família foi importante como espaço de resistência e de revolta. O caso estudado demonstra como a demografia, a origem dos cativos (africanos ou nacionais), o recorte geográfico, a economia e o tamanho das propriedades (pequenas, médias ou grandes) influenciaram nas características da população e nas relações familiares.

O trabalho escravo, fundamental na exploração de mão de obra pelas sociedades escravistas, foi utilizado nas zonas rurais e urbanas, sendo a posse e a distribuição de cativos bastante diversificada. Havia desde os proprietários ou instituições com centenas de cativas e cativos até os que possuíam apenas um e aqueles que não possuíam nenhum. Claro que as dinâmicas e as conjunturas diversas influenciaram nesses padrões de propriedade escrava no tempo e no espaço, como podemos perceber no artigo *Nas ruas, casas e rocinhas: estrutura da posse de cativos no núcleo urbano central de Belém (Grão-Pará, 1810-1888)*. O ambiente urbano propiciava aos trabalhadores/trabalhadoras, cativos e cativas, de todas as idades e origens, uma série de ocupações e atividades voltadas ao ganho, aluguel, domésticos, ferraria, caldeiraria, pecuária, olaria, além daqueles descritos como “para todo o serviço”.

A resistência dos sujeitos escravizados ao sistema escravista não ocorreu apenas pelas fugas, infanticídios ou suicídios. Ela foi cotidiana e, muitas vezes,

utilizou das possibilidades abertas pelo sistema. No artigo *Súplica pela liberdade: ações judiciais contra o injusto cativo de famílias negras em Mariana (segunda metade do século XIX)*, essas e outras questões são discutidas. O artigo aborda as lutas de famílias negras que se diziam sob o jugo de *cativo injusto*. Os argumentos levantados pelos apelantes e seus curadores eram diversos desde o direito a alforria, a alegação de que já era alforriado, a promessa de liberdade, as acusações de violência, o fato de ser africano livre e a liberdade de algum familiar, que resultaria na liberdade de outros entes. Aqui, assim como em outras partes das Américas, a atuação de homens e mulheres na busca por sua liberdade ou de seus familiares é evidente e permite dimensionar a atuação deles nos processos históricos nos quais estavam inseridos.

A luta pela liberdade foi uma constante nas histórias dos escravizados. De diversas maneiras e utilizando-se dos mais diversos recursos, como o pecúlio e a justiça, para procurarem se livrar do cativo. Nesse sentido, as relações familiares e a legislação foram importantes nas relações entre senhores e escravos. A ilegalidade e a precariedade da liberdade eram questões presentes no cotidiano daquelas pessoas, da mesma forma, a luta para colocar em xeque o *injusto cativo*. A atuação dos cativos e de seus familiares, sobretudo após a *Lei do Ventre Livre*, e, por meio das ações de liberdade, aparecem como importantes situações para se pensar o sistema escravista e as relações senhor/escravo.

A família escrava na região central da Zona da Mata mineira é outro artigo que demonstra a importância das relações familiares entre os cativos. Percebe-se uma variedade de “tipos” de famílias. As relações familiares duradouras e intergeracionais, sancionadas ou não perante a Igreja católica, extrapolavam e se estabeleciam para além das relações consanguíneas, com a inserção de laços com outros sujeitos de diversas condições sociais, formando a família extensa, ampliada. Os laços de solidariedades, sociabilidades e compadrio estabelecidos a partir daqueles núcleos familiares, por exemplo, por meio do

batismo e do casamento foram importantes para o cotidiano de pais, mães, filhos, padrinhos, madrinhas, fossem eles cativos, livres ou libertos.

Os cativos, como já destacado por Antonil, eram “os pés e as mãos dos senhores”. Foi por meio do trabalho cativo que se estabeleceram as bases de sustentação da economia e, ao mesmo tempo, a escravidão permeou os demais aspectos – econômicos, religiosos, políticos, demográficos e culturais – das sociedades que dependiam dessa mão de obra. *Cachaça e escravidão em Ilhéus: 1850-1888* demonstra e exemplifica como o trabalho escravo foi fundamental para as sociedades escravistas. Os investimentos na produção da cana-de-açúcar e da cachaça, baseados no trabalho escravo, tinham seus efeitos multiplicadores e abarcavam uma diversificada cadeia, envolvendo negociantes, lavradores, autoridades etc., bem como uma produção voltada para o mercado interno e para a exportação. Os ofícios, desempenhados por homens e mulheres, africanos e seus descendentes, eram diversificados e essenciais para a economia da localidade. Guardadas as singularidades, aspectos parecidos aos de outros recortes geográficos e cronológicos nas sociedades escravistas.

O letramento e a educação foram aspectos importantes no cotidiano dos escravizados do eito e da casa grande. Não era necessariamente uma educação “formal” como a concebemos hoje. Mesmo assim foi fundamental nas estratégias e experiências dos trabalhadores e trabalhadoras na escravidão e no pós-abolição. Na leitura do artigo *Do letramento e da escravidão: livros encontrados em um rancho quilombola no Espírito Santo Oitocentista*, isso fica claro. Na casa grande, na senzala e nos quilombos, havia possibilidades e expectativas de domínio sobre os códigos de escrita e leitura. As evidências sobre esses espaços que interligavam escravos, livres e libertos demonstram que as dinâmicas da cultura afrodescendente tiveram papel fundamental para aqueles indivíduos, que podem ser pensadas para diversas sociedades escravistas. Conexões entre “letramento, alfabetização e liberdade”, de africanos e afrodescendentes, eram possíveis e seu estudo ajuda a conectar a História e a Educação do passado e do presente.

Vicente Gomes Jardim: um “artista” e autor “de cor” entre o final do século XIX e início do século XX apresenta a história de Vicente Gomes Jardim (1845-1905), um “artista” e homem negro livre, membro de irmandade, que viveu na Parahyba do Norte. Vicente teve uma atuação importante como artífice, “escritor” e membro de uma irmandade de *pardos*, sua história ilustra trajetórias de vida de homens e mulheres que, assim como ele, mesmo relegados ao “esquecimento”, transitaram entre a escravidão e o pós-abolição. Vicente era um homem “de cor” que atuou entre a Monarquia e a República, ocupando lugar de destaque no “mundo do trabalho”, de modo bastante similar a outros “artífices” na busca, dentre outros aspectos, pela cidadania, mobilidade econômica, intelectual e social.

O ersatz da escravidão nas Memórias de Pedro Nava é um artigo que permite, pela análise da literatura e da história, conhecer uma série de questões sobre as relações escravistas. Os relatos do escritor Pedro Nava (1903-1984), baseados em documentos de sua família e no “ouvir dizer, ouvir falar”, fornecem indícios e aproximações de eventos importantes para os cativos e os demais estratos da sociedade escravista. Fim do tráfico, *Lei do Ventre Livre* e abolição, por exemplo, podem ser vislumbrados pela análise de obras literárias. As representações do cotidiano daqueles homens e mulheres, do eito e da casa-grande permitem reflexões importantes sobre o passado escravista e histórias até então obscuras sobre aquele período. Nos relatos do escritor existe a narrativa das dificuldades cotidianas enfrentadas, após a abolição da escravidão, por homens e mulheres libertos e muitos dos quais continuaram a viver em condições análogas à escravidão.

Mitos, simbolismos e o conhecimento acadêmico-científico na capoeira: um Brasil de resistência aborda, por meio de questões sócio-históricas, a capoeira como uma das diversas tradições culturais de africanos e afrodescendentes, sobretudo, no que diz respeito aos seus “mitos, simbolismos e representações”. Uma série de significados foram e continuam a ser dados à capoeira, por trabalhos

acadêmicos e não acadêmicos, levando a uma “construção social” sobre ela. Houve, ao longo dos anos, uma continuada ressignificação dessa tradição e seus “usos” também foram variando.

No artigo *O crime nacional de 1831 e o controle sobre a população negra na segunda metade do século XIX em Campinas*, é possível perceber o uso da justiça, como uma das estratégias mais eficazes para a escravização ilegal ou para contestar o *injusto cativo*. Várias histórias como as de Laura, Guilhermina e sua família, Belarmino, Ignez e seus filhos João, Eva e Henriquetta, entre outros personagens, demonstram a utilização da justiça na busca pela liberdade de si e de seus parentes e companheiros. Sociabilidades e solidariedades entre indivíduos de diversas condições sociais (escravos, livres e libertos) foram utilizadas como instrumentos para comprovar e questionar o cativo ilegal e para defender a liberdade. Não foram demandas fáceis, no entanto, muitas delas tiveram êxito e mesmo as que não foram bem sucedidas influenciaram nos rumos e na legitimidade da escravidão brasileira na segunda metade do século XIX.

Para finalizar, externamos nossos agradecimentos a todas e todos que contribuíram para a publicação do presente Dossiê: autores (as), pareceristas e editores da Resgate, em especial, Professora Dra. Heloísa Helena Pimenta Rocha e Professor Dr. Edivaldo Gois Júnior e a equipe técnica: Carlos Roberto Lamari, Nathalia Teixeira dos Santos e Sinara Barbanti.